



Papel da comunicação comunitária cultural na construção de espaços identitários transnacionais¹

MOHAMMED ELAHAJJI²
ECO-UFRJ

Resumo

O presente artigo objetiva analisar as relações entre mídia comunitária étnica cultural e a construção de novos espaços identitários marcados pela transnacionalidade, pluri-pertencimento e múltipla lealdade. O estudo procede, de um lado, a uma leitura crítica das bases teóricas e metodológicas frequentemente adotadas neste tipo de abordagem. E, por outro lado, tenta compreender a função social e política da mídia comunitária das comunidades transnacionais, à luz da nova configuração tecnológica vigente.

Palavras-chave

Comunicação comunitária; identidade cultural; etnicidade; transnacionalidade; pluri-pertencimento.

Não é difícil perceber que o estudo da Comunicação Comunitária Cultural (CCC) no Brasil carece de uma abordagem e um tratamento que respondam às suas características tanto históricas como sociais e políticas. Além de não existir formalmente enquanto campo teórico coeso e diferenciado, a possibilidade de sua alimentação a partir de temáticas e problemáticas adjacentes é restringida por entraves de ordem conceitual e metodológica. No caso específico da mídia dos grupos étnicos, nacionais e/ou confessionais recém estabelecidos no país e (ainda) marcados pela múltipla lealdade, pluri-pertencimentos e/ou por identificações diaspóricas transnacionais, essa dificuldade é agravada pela difusão descriteriosa de definições e paradigmas teóricos oriundos de contextos sociais, políticos e culturais não transponíveis ao Brasil ou à nossa época contemporânea. Alguns pontos, em particular, precisam ser levantados.

Uma topografia social peculiar

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação para a Cidadania.

² Professor do PPG em Comunicação e Cultura da UFRJ. Tutor do PET-ECO. A comunicação, aqui apresentada, é parte da pesquisa em curso de elaboração pelo autor e que pode ser consultada no site: www.etni-cidade.net e-mail: mohahajji@pq.cnpq.br



A questão da organização comunitária, por exemplo, continua sendo, muitas vezes, apreendida à luz de uma sociologia européia do século XIX, preocupada com a urbanização relativamente acelerada do continente naquela época, em consequência de sua recente industrialização. Enquanto, na prática, propriedades estruturais e formais opostas marcam a atual realidade local, nacional ou regional; tanto brasileira como latino-americana em geral.

Dentre esses aspectos típicos a esta região, mas também intrínsecos à nossa era, se destaca a violenta hiper-urbanização de suas cidades e a emergência de seu modelo como média e padrão (estatísticos) de partes cada vez maiores do planeta. Trata-se de uma morfologia urbanística catalítica, convulsivamente desigual e, fisicamente, dilacerada entre as elites minoritárias, entrincheiradas nas suas ilhas fortificadas de prosperidade e de bem estar material, e a maioria marginalizada, desabastecida de toda esperança no futuro e privada das condições materiais mínimas para a sua inclusão nos antiquados ideais de progresso, ordem, justiça ou outros chavões da tradição iluminista.

Porém, do mesmo modo que nossos mapas mentais continuam a refletir anacronicamente as imagens límpidas das metrópoles européias da primeira metade do século passado, a teoria comunitária ainda não conseguiu assimilar satisfatoriamente o caos ambiente que rege nossa condição periférica. Não que esta teoria ignore a realidade social das grandes cidades ou seja complacente com a injustiça social que nelas vigora. Pelo contrário; ela é bastante prolixa, crítica e politicamente engajada nas suas análises e descrições das regiões mais desfavorecidas.

Contudo, ganharia muito em superar a matriz teórica excessivamente idílica que orientou o antigo discurso sociológico que lhe deu forma e assumir a devida complexidade política inerente ao lugar e à hora da questão comunitária e identitária em geral. Ou, no afã de otimizar a sua operacionalidade e evitar equívocos infelizes, deveria atualizar seu arcabouço conceitual, contextualizar as definições a partir dele elaboradas e, principalmente, matizar o panorama que resulta de suas exposições intelectuais.

Assim, uma das características da experiência atual que merecem uma atenção especial reside no relevo sociopolítico contemporâneo (suporte imediato dos construtos comunitários) – doravante profunda e irremediavelmente marcado pela flagrante inadequação entre os planos nacional-estatal e cultural-identitário. Na medida que os fluxos e refluxos migratórios devidos aos processos de colonização e descolonização e à explosão



de setores econômicos e industriais usuários de mão de obra numerosa e/ou de competências específicas, deixaram rastros definitivos na topografia social da maior parte do planeta.

Portanto, conforme explicitado por vários estudos realizados ao longo do século (primeiro pela chamada “Escola de Chicago” e, em seguida, no âmbito da “Teoria da Globalização”), o diagnóstico da composição plural do terreno cultural constitutivo de todo recorte estatal nacional da atualidade é central para qualquer esforço de compreensão das transformações sociais em curso. A lição, aprendida desde o início do século, ensinava que a diversidade cultural tornava-se cada vez mais a regra da realidade social das grandes metrópoles e não apenas um fenômeno excêntrico passageiro.

A organização comunitária a caráter cultural (incluindo suas vertentes lingüísticas, religiosas, étnicas, etc...) não se limitava mais a clichês mafiosos ou culinários, mas sim impregnava até as atividades tidas como racionais e impessoais, ao exemplo dos bancos e das organizações empresariais. Pois, além de reafirmar que o desejo de diferenciação das comunidades humanas é inerente a seus próprios processos de auto-organização e de afirmação enquanto entidades coesas e singulares, tal dispositivo acaba atuando, notadamente, como molde dos quadros simbólicos que estabelecem os critérios de reconhecimento e as normas de conduta dentro do próprio grupo e nas relações com o resto da sociedade. A identidade étnico-cultural, no sentido que lhe é dado na modernidade, se revelou, assim, um poderoso catalisador ideológico, capaz de secretar complexos mecanismos de estruturação da vida social sob todas as suas formas.

A pertinência dessas considerações encontra seus fundamentos não apenas no aspecto qualitativo da questão identitária, enquanto importante fator de organização social, mas também na dimensão quantitativa dos deslocamentos populacionais. No Brasil, como em todos os países integrados no tecido socioeconômico global, são várias dezenas de comunidades e grupos recém estabelecidos no país, atravessados por traços culturais plurais de natureza étnica, nacional e/ou confessional, e por um sentimento de múltipla lealdade, pluri-pertencimento e/ou por identificações diaspóricas transnacionais.

Porém, ao mesmo tempo que é, com certeza, uma preciosa fonte de riqueza simbólica, essa proliferação de quadros identitários implica também numa reformulação profunda dos comportamentos, atitudes e as regras (tácitas ou expressas) de relacionamento



dentro do grupo e da sociedade. Motivos pelos quais se justifica o interesse científico em interrogar as causas, conseqüências e finalidade desse tipo de organização social e seu enquadramento ideológico através de seu aparato comunicacional comunitário.

Vale a pena indagar, especialmente, a vocação sociopolítica de sua mídia; na medida que se outorga, frequentemente, aos meios de comunicação operados por minorias uma função e uma finalidade quase automática e necessariamente contra-hegemônicas. Seria também o caso da mídia comunitária dos grupos culturais transnacionais? Ou será que é preciso elaborar técnicas de análise especialmente concebidas para essa categoria de comunidade e em combinação com a conjuntura política global e o cenário tecnológico vigente?

Cenários movediços

Todavia, antes de se aprofundar no capítulo propriamente midiático da problemática, seria útil passar em revista outras facetas relativas ao modo de sua apreensão geral. Primeiro, há de ressaltar que as manifestações sociais, culturais e artísticas dessa diversidade são, hoje, constitutivas da paisagem urbana mundial. Música, vestimenta, culinária, cultos religiosos, modalidades esportivas, traços lingüísticos e outras formas de expressão identitária transnacional não se limitam mais a bairros isolados ou regiões afastadas, mas sim fazem parte do cotidiano de toda a população. Fazem parte, inclusive, do consumo cultural diário dos cidadãos de todas as classes sociais e origens étnicas, sem carga exótica excessiva ou rotulação exógena pré-concebida. Por isso, talvez, a literatura multiculturalista globalizante, conjugada ao aparelho midiático viciado em imagens coloridas e clichês simplificados, tende a acomodar a presença de imigrantes e seus descendentes num perpétuo espetáculo de som e luz sem profundidade ontológica ou relevo subjetivo.

Há, de fato, uma forte tentação pós-moderna em ampliar a dimensão festiva do estar-junto comunitário diaspórico e aplacar suas reverberações sociais e políticas. Não haveria espaço, segundo essa perspectiva, para compromissos para com o grupo de origem, mas apenas um contínuo jogo de máscaras provisórias e papéis temporários, cuja finalidade é a experimentação compulsiva de variações modulares no roteiro atual e, acessoriamente, remediar à condição hiper-individualizada do sujeito contemporâneo. O *estar-junto*



comunitário não passaria, na verdade, de um exercício lúdico de neo-tribalismo, socialidade ou sociabilidade meramente instrumental.

Os pertencimentos e pluri-pertencimentos transnacionais seriam apenas formas momentâneas do sujeito expressar seu desejo de se aproximar do semelhante e desfrutar o prazer, no fundo narcísico, de fazer parte de uma comunidade vocacional, performática e superficialmente afetiva. O fundo cultural, étnico, nacional ou confessional dessa comunidade não teria mais importância do que a cor da roupa usada numa reunião entre colegas ou a marca do charuto nela consumido. O que realmente interessaria, encorajaria o engajamento ou o desestimularia seria a colagem narrativa que pode ser produzida a partir de dados míticos e mitológicos, não necessariamente originais, mas antes, suscetíveis de se enquadrar na montagem estética (alegre ou dramática) em voga.

Porém, além dessa superfície festiva e colorida, mundialmente celebrada, a CCC não deve deixar de avaliar o significado local e transnacional (tanto na emissão como na recepção) dessas práticas culturais e identitárias. A gramática étnica é, com efeito, tributária de fatores tanto internos como externos e temporais que a propulsam e lhe dão seu sentido atualizado. O valor do país ou região de origem na bolsa de valores simbólicos, a conjuntura geral e a narrativa construída localmente sobre as culturas em jogo são alguns dos catalisadores que definem as representações e auto-representações dos grupos étnicos. Sem esquecer, obviamente, que a identificação a uma comunidade – precisamente de configuração étnica é um movimento, muitas vezes, determinado de fora para dentro (por parte da sociedade geral rumo à comunidade) e não por impulso totalmente espontânea por parte do sujeito.

Outro instrumento teórico sedutor que, muitas vezes, acaba escondendo mais de que revelando sobre a questão comunitária transnacional, diz respeito ao ideário multiculturalista importado da academia norte-americana e, geralmente, aplicado de modo achatado e acrítico, sem considerar as peculiaridades sociais, culturais e políticas da região e do Brasil em particular. Não se trata, evidentemente, de reduzir a teoria multicultural a um corpus único e homogêneo, mas sim de apontar seus desdobramentos epistemológicos e ideológicos mais sujeitos a manipulações e deturpações discursivas de várias ordens.

Muitas são as críticas feitas ao encontro do multiculturalismo e seus avatares políticos. A primeira delas é a perniciosa reapropriação do conceito pelo establishment e



seu uso como antídoto anestesiante contra o velho projeto esquerdista movido pelos ideais de igualdade, justiça social, luta de classe e outros temas de mobilização social, hoje considerados ultrapassados e pouco glamourosos. Ou seja, a roupagem emancipatória ostentada pelos defensores das diferenças culturais e identitárias, muitas vezes, não passaria de estratégia discursiva ou recurso retórico a favor da manutenção do *status quo* econômico e social da maior parte da população mundial.

Outro reproche endereçado ao multiculturalismo, ou algumas de suas vertentes, é o seu suposto anti-individualismo, em função de seu imperativo incondicional a favor da primazia da totalidade (comunidade) em detrimento da parte (indivíduo). Contestando, deste modo, o princípio republicano (territorialmente ancorado) da liberdade do sujeito em escolher suas filiações sociais e afetivas, e tornando o pertencimento à comunidade extraterritorial de origem uma fatalidade inegociável. A mesma crítica questiona o valor de pertencimento racial, biológico ou étnico num contexto civilizacional marcado, justamente, pelos hibridismos sociais e culturais e pelo modelo político de cidadania igualitária.

Enfim, a própria genealogia do multiculturalismo constituiria um obstáculo e uma deficiência para a sua aclimação automática ao ambiente social e cultural brasileiro e latino-americano. Múltiplas seriam as diferenças civilizacionais e organizacionais entre os dois hemisférios do novo mundo, responsáveis pela incompatibilidade conceitual do multiculturalismo com a ordem social e política prevalecente.

Motivo pelo qual, a CCC se inclina a buscar uma alternativa teórica que, ao mesmo tempo que reconheça a diversidade cultural e étnica ambiente, não deixe de considerar a dinâmica de mestiçagem, miscigenação e hibridização inerente ao arquétipo societal local e regional. A idéia de interculturalidade, em especial, parece oferecer um recurso teórico bastante promissor.

Com efeito, ao contrário da hegemônica nomenclatura multiculturalista, a interculturalidade não cede à facilidade metodológica de enquadrar segmentos e seqüências do fluxo humano em recortes estáticos, artificialmente esquematizados e expurgados de todo ruído subjetivo, social, ideológico ou cultural. Ela não considera o tecido social nacional ou transnacional contemporâneo enquanto mera justaposição de monólitos culturais ou organizacionais, mas sim um dinâmico continuum histórico e discursivo onde os papéis, as motivações e as finalidades são ritornelos existenciais (nem herança biológica



imutável nem apenas máscaras ou papéis momentâneos) que pontuam os desdobramentos subjetivos e auto-organizacionais dos indivíduos, grupos, sensibilidades e afinidades.

Sem ignorar a existência de “núcleos duros” e “padrões (relativamente) invariáveis” que garantem uma certa perenidade e equilíbrio aos sistemas e possibilitam a sua (auto) reprodução, a ferramenta teórica intercultural insiste na natureza móvel, indefinida e em constante (re) composição dos fenômenos culturais – ainda mais quando inserido no plano transnacional. O que equivale, desde o ponto de vista semiótico, ao princípio da *resignificação* recursiva dos processos culturais e suas implicações de *dessubstancialização* do conceito de identidade e a perda de seu lastro ontológico.

Assim, sob o ângulo da interculturalidade, o fato social é percebido na sua diversidade, a multiplicidade de seus significados e a pluralidade de suas manifestações existenciais, cujos territórios são marcados mais pelas profundas camadas arqueológicas constitutivas de seu imaginário de que pelas superficiais fronteiras temporárias e artificiais que os definem oficial e formalmente. Fronteiras, aliás, não podem ser, na arquitetura global e transnacional, contempladas enquanto barreiras que encerram e isolam (mesmo que seja o mais precioso desejo das alas comunitárias mais radicais), mas sim como pontes que ligam e fendas interseccionais que agregam as infinitas diferenças do humano e multiplicam suas potencialidades de realização.

Novos contornos da esfera pública

Por isso, a CCC tampouco pode ignorar os novos eixos discursivos conseqüentes da atual e inédita configuração material da esfera pública. Já que um dos efeitos diretos da globalização dos meios de comunicação é, justamente, a superação dos quadros estatais, republicanos e territoriais de representação simbólica, de gestão do imaginário coletivo, de sedimentação do senso comum, de formação da opinião pública e outros mecanismos reguladores da identidade nacional.

De fato, paralelamente à sua estruturação organizacional em redes de redes, o presente cenário global, apoiado nas Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (NTICs), favorece a multiplicidade de sensibilidades e subjetividades transnacionais que desconhecem a continuidade física do terreno social e prescindem de toda ancoragem formal na cidade efetiva ou no mapa estatal oficial. O que, a priori, acarreta sérios



questionamentos quanto à importância teórica do próprio componente espacial na organização comunitária e na produção da identidade do grupo.

Enquanto, na perspectiva sociológica e antropológica tradicional, é praticamente um consenso que o espaço (físico) local seria o elemento fundador do *estar-junto* coletivo de toda comunidade a caráter étnico, podemos observar que, com as novas tecnologias de informação e comunicação, em algumas circunstâncias, as relações comunitárias parecem ser regidas por instâncias desprovidas da dimensão material espacial e inscritas na temporalidade vácuca de uma difusão instantânea. É, justamente, a situação, hoje, dos grupos diaspóricos ou transnacionais que podem tanto se reconhecer numa origem territorial comum, geralmente correspondente a um recorte estatal externo ao espaço hóspede como cultivar laços afetivos, ideológicos e culturais entre comunidades “irmãs” que não passam nem pela pátria de origem nem pelo país de destino.

A explicação dessa mudança radical, da ordem da economia política, remete, evidentemente, ao advento das atuais NTICs e o impacto avassalador que tiveram sobre a sociedade contemporânea. Fato inaugural que revolucionou a paisagem comunicacional e midiática transnacional, e transformou profunda e irremediavelmente tanto os modos de produção de subjetividade como a natureza das relações entre grupos e sujeitos sociais. Ou seja, não há como apreender a questão da CCC sem prestar uma atenção especial às transformações materiais que a sustentam e possibilitam sua atuação.

Numa época ainda recente, a comunicação comunitária cultural se reduzia a algumas poucas publicações locais, onerosas, de baixa qualidade, restritas a pequenos grupos e a circulação limitada. Jornais, almanaques, revistas, boletins internos (geralmente com periodicidade bastante irregular) eram um luxo cobiçado do qual só as comunidades mais organizadas e mais abastecidas podiam desfrutar. Existiam também escassos programas de rádio e de TV e até algumas poucas rádios comunitárias (em clubes ou bairros específicos), mas o tudo era bastante precário e sem penetração significativa dentro das respectivas comunidades.

Portanto, o contato direto e contínuo com as notícias sociais e políticas, e as manifestações culturais e artísticas do país de origem não era nem fácil nem regular nem especialmente incentivado. O que contribuía fortemente no sentido de uma maior e rápida



integração das comunidades étnicas nos países de destino e a seu gradativo afastamento afetivo da terra de origem.

Enquanto, hoje, com o barateamento e a popularização das tecnologias de comunicação e, ao mesmo tempo a sua sofisticação, ampliação de seu campo de ação, aumento de sua acessibilidade, facilitação de seu manuseio e sua definitiva universalização, se pode notar que praticamente todas essas comunidades dispõem de um impressionante arsenal de meios de comunicação comunitária – tanto local como transnacional. Salto tanto quantitativo como qualitativo que reinventou, por completo, a prática de comunicação comunitária cultural e deu um impulso decisivo na reorganização das comunidades étnicas, seu reforço e seu religamento à sociedade e cultura de origem.

Dentre as mudanças notáveis neste contexto, se pode assinalar a migração da maior parte da produção editorial (jornais e revistas) do papel para o ciberespaço, a proliferação de sites comunitários (étnico-culturais) em centenas de milhares, o excesso de voluntarismo e a multiplicação de iniciativas pessoais sem credenciamento formal pela comunidade. O fenômeno merece até uma indagação sobre as inovações discursivas e estéticas introduzidas na prática jornalística e comunicacional em geral, a partir desses experimentos comunitários originais e minimamente comprometidas com as formulas midiáticas tradicionais.

Paralelamente, se pode atestar que houve um declínio quantitativo considerável na programação comunitária radiofônica e televisiva local tradicional, a aparição de webrádios étnicos e a explosão de uso de antenas parabólicas e receptores digitais que permitem a captação de canais de televisão diretamente dos países de origem. Evolução que indica uma tendência à superação das instituições locais tradicionais (rádios e TVs dos países hóspedes), da linguagem a ela correspondente (passagem da radiofonia clássica para as webrádios) e o uso de aparelhos e instrumentos voltados para a difusão transnacional de programação radiofônica e televisiva.

Assim, a questão da múltipla lealdade, conseqüente do atual panorama transnacional e a potencial incompatibilidade de valores dele decorrente, chega a um ponto bastante sensível. Pois, se o distanciamento geográfico e a relativa lentidão das comunicações da época pré-global ainda permitiam uma re-elaboração mais aprofundada dos códigos componentes da identidade minoritária no ambiente local, hoje, à medida que se configure



uma nova esfera étnico-cultural transnacional, se torna mais problemática a desvinculação do universo simbólico de origem ou o afastamento das comunidades “irmãs” espalhadas pelo mundo.

Por outro lado, se, como sabemos, toda organização social é estruturada, primeiramente e antes de nada, no âmbito discursivo, a importância da CCC não se limita à sua capacidade de representação do real, mas sim é proporcional à sua eficácia em produzir sentido e estabelecer o consenso necessário para a sobrevivência do grupo. Porém, tais discursos, essenciais no processo de produção e reprodução do sentido, não são formas inocentes ou inconscientes de uso da linguagem, mas sim construções ideológicas reflexivas que objetivam provocar um impacto na cognição social de seus receptores. Eles desempenham, assim, um papel intencional crucial na validação, expressão e legitimação de seu universo social ou cultural.

Não é por acaso que os grupos étnico-confessionais, tanto no Brasil como no resto do mundo, geralmente são dotadas de uma eficiente mídia comunitária que assegura a sua coesão social, cultural e política nos planos local, regional, nacional e global. Pois, sentem o imperativo de se manifestar sobre a realidade social e política no qual eles se inserem para se posicionarem com relação à sociedade e oferecer a seus membros um quadro coerente de ação. Ou seja, há uma dependência estreita entre as formas organizacionais de uma comunidade e as suas instâncias de enunciação de seu projeto sócio-histórico, na medida que, ao elaborarem as suas práticas discursivas, procuram desenvolver estratégias que atuem como dispositivos simbólicos na disputa pela imposição do sentido.

Porém, a interrogação relativa à possível qualificação dessa mídia em termos de hegemonia / contra-hegemonia continua em aberto e exige uma análise minuciosa de todas as variáveis da equação proposta. Não nos parece, aliás, pertinente ou oportuno enquadrar uma problemática tão complexa num raciocínio binário, mas sim compor uma mapa conceitual que possa restituir todos os planos do fenômeno e iluminar os seus plausíveis desdobramentos sociais e políticos.

Comunidades incomuns

Como se pode constatar, à luz do quadro estrutural acima relatado, a questão comunitária vem adquirindo contornos cada vez mais complexos, cuja apreensão requer um



esforço permanente de contextualização dos fatos observados e atualização dos conceitos usados para a sua transdução analítica e descritiva.

Primeiro, há de destacar (como visto anteriormente) que se o investimento em espacialidades de convivência para nela instituir instância de enunciação da identidade do grupo sempre foi um atributo das organizações comunitárias, as formações elitistas atuais, ancoradas na sua horizontalidade transnacional, não se deixam apegar a um território específico ou definitivo. Seu destino é dividido entre o nomadismo dos privilegiados e os guetos voluntários de segurança máxima; livrando-se, nos dois casos, das pesadas âncoras espacio-mnemônicas da memória espacial que podem constituir um obstáculo existencial para suas pretensões globais.

Por outro lado, se deve reconhecer que a noção de “comunidade” ganhou acepções tão diversas e variadas que, além da polissemia imanente a todo ente lexicográfico, sua utilização indefinida acaba esvaziando seu sentido filosófico e neutralizando suas implicações políticas e ideológicas. Como ocorre com todas as formulas lingüísticas quando usadas de modo indiscriminado, “comunidade” não pode mais se passar de uma adjetivação pontual para alcançar um valor teórico condizente e uma função social oportuna. Mesmo quando se trata de comunidades da mesma natureza (comunidades étnicas ou transnacionais, dentre outras), é necessário tomar o devido cuidado para não achatar as especificidades históricas, posicionamentos sociais e objetivos políticos de cada uma delas.

De fato, há um grande risco de perder todo rigor científico e toda clareza analítica ao generalizar (como o faz um certo multiculturalismo acrítico) o tratamento dispensado a grupos que vivem a sua condição social, cultural ou identitária de modo diferente, em função dos fatores históricos próprios a cada um deles – ainda que seja no mesmo tempo ou no mesmo espaço. O significado do pertencimento à comunidade italiana, árabe ou japonesa no Brasil não é igual ou imutável. Se reconhecer ou ser identificado enquanto japonês ou judeu (aqui ou alhures) não tem o mesmo peso e as mesmas consequências sociais agora e há 60 anos atrás. Tampouco o fato de se identificar ou ser apontado enquanto russo, muçulmano ou chinês resulta na mesma imagem e/ou auto-imagem aqui e em outros contextos sociais, ou agora e em outras épocas.



A própria idéia de comunidade não pode deixar de ser revisitada nos termos existenciais impostos pela nova realidade de nosso mundo contemporâneo. Como já foi antecipado no começo deste estudo, há uma necessidade urgente de desconstruir a concepção idílica dos paraísos comunitários e as imagens românticas de solidariedade, apóio mútuo e calor fraterno que a acompanham, para desvendar os preconceitos naturalizados, o medo do Outro, o sentimento de perseguição internalizado e a heterofobia virtual que se escondem atrás dos clichês mentais componentes da literatura vigente sobre o tema.

Na verdade, há de reconsiderar toda a carga emotiva e a benevolência ideológica que, geralmente, acompanha o ideal comunitário. Durante muito tempo, por exemplo, a idéia de comunidade era quase que sistematicamente associada a atitudes sociais e políticas progressistas, contra-hegemônicas e de resistência ao *Sistema* (capitalismo desumano, indústria cultural, mídia de massa, etc...). Já, hoje, quando se fala em “comunidade”, não tem como não ter em mente os talibãs e outros extremistas islâmicos, os cristãos conservadores dos EUA, os judeus ortodoxos de Israel, os fundamentalistas hindus e outros grupos organizados em torno de sua fé excludente e exclusivista, seu ideário político radical e intransigível, suas utopias reacionárias e regressivas, etc...

São eles que melhor se encaixam, hoje, no modelo ideal da comunidade perfeita; aquela afetivamente auto-suficiente, mitologicamente auto-referente e intelectualmente auto-centrada. São comunidades completas, que não se deixam iludir pela “farsa iluminista”, a “hipocrisia humanista”, a “mídia alienante” ou o “Mercado opressor”. Não se deixam nem sensibilizar pela humanidade (imperfeita) do Outro ou a possibilidade (ainda que remota) do diálogo e da troca; para não falar em amor ao (distante) próximo ou compaixão para com o Humano.

É todo o contexto civilizacional mundial atual (processo de globalização, declínio do Estado-Nação, fiasco do projeto da Modernidade, etc..) que é, assim, direta ou indiretamente responsável por esta extraordinária transubstanciação do princípio comunitário e as implicações geopolíticas e geoculturais que dela decorrem. Não há como discordar, pois, que está ocorrendo uma clara volta das ideologias mais reacionárias e mais friorentas nos segmentos majoritários da sociedade e que o horror ao Outro está se erguendo em programas oficiais de governo.



A novidade, todavia, é que, ao mesmo tempo só se pode concordar que os próprios movimentos comunitários e comunitaristas geralmente minoritários, recentemente ainda saudados como barreiras humanas e sociais contra o totalitarismo do Sistema Capitalista e sua cúmplice Indústria Cultural uniformizante, se encontram hoje fortemente atraídos pelo ralo fascizante da exclusividade paroxística e da diferença irremediável que, em vez de negociar as suas relações com o Outro, simplesmente o nega e lhe nega todo direito à simples existência.

Iugoslávia ou Ruanda são algumas das ilustrações trágicas do fracasso dos ideais universalistas, republicanos e laicos que sustentaram a arquitetura da era moderna e guiaram os movimentos sociais e políticos engajados e militantes. Casos limites que não devem ser tratados como exceção única no curso da história contemporânea, mas sim como pano de fundo de todo discurso comunitarista exaltado e ameaça latente, prestes a irromper em nossa realidade a qualquer momento.

Aos sentimentos solidários forjados na consciência histórica de compartilhamento das mesmas condições sociais e do destino político comum (próprios ao comunitarismo aberto, progressivo, progressista, ideal e idealista que vai ao encontro do Outro), são hoje substituídos espectros do pertencimento religioso mítico-mitológico e/ou biológico, racial, étnico e sanguíneo de tanto insistir no seu suposto aspecto sanguíneo. Comunitarismo mesquinho, fechado, reacionário e regressivo que só se efetiva, atualiza e realiza na negação da alteridade, no ódio da diferença e no desprezo do Humano – ou na mutilação deste Humano para limitá-lo às peculiaridades intrínsecas a seu grupo restrito e expulsar da própria esfera da humanidade todos aqueles que não cabem na sua fantasmagoria elitista.

É, de fato, cada vez mais evidente que a dinâmica identitária inerente ao contexto histórico acima descrito se caracteriza por sua natureza predominantemente combativa. Oscilando entre a resistência cultural e o projeto social, ela tende a re-significar o real em termos comunitários muitas vezes fechados e regressivos. Religião e nacionalismo (étnico e/ou cultural), notadamente, se conformam como espaços propícios à (re) invenção de uma narrativa identitária paradoxal, ao mesmo tempo inédita e profundamente arcaica. Na mediada que, apesar de se inscrever institucionalmente no tempo da Modernidade e de se usar operacionalmente da temporalidade da Globalização, ela tenta (re) criar laços biológicos, matrizes territoriais e estruturas imaginárias que, muitas vezes, correm o risco



de se deixar seduzir pelo (falsamente heróico) apelo tentador do chauvinismo e da xenofobia.

Entre metáfora e concretude

Paralelamente, dentre outros traços constitutivos da paisagem identitária comunitária contemporânea, se deve salientar a sua natureza espacial quase exclusivamente urbana e as suas estratégias organizacionais centradas no aparato tecnológico midiático que subtece aquilo que conceituamos como Comunicação Comunitária Cultural. O que torna mais significativa, ainda, a sua capacidade de conciliar tradição (re) inventada e contemporaneidade instrumentalizada, no afã de elaborar políticas de “resistência” à atração homogeneizante dos discursos culturais conjugados ao ideal nacional-estatal e concretizar “projetos” sociais de sucesso, ascensão e hegemonia.

No caso específico do Brasil, formadas pelos imigrantes aqui desembarcados desde o final do século XIX e seus descendentes (hoje pertencentes na sua maioria às classes média e média alta), essas minorias são usuárias qualificadas dos equipamentos sociais materiais e simbólicos oferecidos pelo Estado. Detendo, assim, uma competência excepcional em manipular as tecnologias sociais tanto para a sua organização interna como para a negociação de seu lugar na sociedade brasileira e a conquista de melhores posições no processo de luta (legítima) pelo poder simbólico.

Não se trata de negar a legitimidade de todo grupo étnico, cultural ou de outra ordem em se organizar para melhor defender suas aspirações políticas, filosóficas, sociais ou culturais. Como tampouco se trata de subestimar as dificuldades e vicissitudes sofridas pelos imigrantes no momento de sua transplantação no desconhecido e muitas vezes hostil novo mundo. São, aliás, conhecidos os episódios de rejeição, quase escravização, confinamento, deportação ao risco de extermínio ou outras violências contra vários segmentos da população migrante.

Porém, acreditamos que se deve moderar a pertinência desses estigmas na construção da identidade étnica dos grupos em questão hoje, perante a hierarquia socio-étnica vigente no Brasil. Ou seja, não se deve, em nome de uma teoria multicultural acrítica e instrumental, igualar a condição significativa de todas as identidades e todas as comunidades que dividem o espaço social e político brasileiro. As ascendências potenciais



e/ou parciais são, aqui, um motivo inegável de prestígio e um fator determinante na formação do capital simbólico do sujeito e do grupo. Não é por acaso que, como todo mundo sabe, existe uma impressionante corrida (tanto administrativa como literária ou narrativa) para comprovar as mais variadas origens possíveis – ou pelo menos aquelas consideradas como “superiores”!

A tese é problemática, sujeita a controvérsia, mas fugir do apelo gritante da concretude histórica em nome da ilusória correção política não é uma opção válida para quem deseja apreender o fenômeno comunitário cultural na sua totalidade e em função da peculiaridade brasileira e latino-americana. A título de ilustração, lembremos a curiosa (para não dizer constrangedora) atitude da primeira dama da República (Da. Marisa) que se aproveitou de uma viagem oficial a Roma e da complacência da diplomacia italiana para solicitar o passaporte italiano!! Que leitura se pode fazer deste acontecimento insólito, senão que, paradoxalmente, aqui no Brasil, o fato de ser descendente de imigrante resulta em prestígio e poder simbólico maiores de que ser a esposa da maior autoridade do país...

Os dois únicos grupos de imigrantes aos quais não se aplica essa descrição são os africanos e os latino-americanos. Os primeiros, além de não serem numericamente consistentes, acabam sofrendo a mesma marginalização e opressão historicamente reservadas à população negra. Aos segundos, principalmente os mais desfavorecidos materialmente e aqueles que exibem traços indígenas, é destinado um lugar bastante baixo na hierarquia social, devido ao preconceito racial e cultural que permeia o imaginário nacional. Sintomaticamente, os dois grupos são pouco propensos a ostentar seus credenciais comunitários (culturais, étnicos e identitários) e sub-representados (enquanto tais) nesta arena de comunicação comunitária cultural que, em teoria, deveria ser um *locus* consagrado de contra-hegemonia e de luta pelo poder simbólico.

O que nos obriga a questionar a verdadeira finalidade deste tipo de organização comunitária e de seu discurso midiático. Será que se trata de alguma veleidade de “resistência” ao Sistema, Mercado, Império ou outros espectros da Modernidade, ou se o edifício semântico produzido pela CCC em questão não passa de uma transdução ideológica que disfarça uma franca relutância em compartilhar as trincheiras da luta pelo bem-estar social com as camadas mais prejudicadas pelo cenário político, econômico e social atual? Será que a organização comunitária e a comunicação cultural comunitária no



Brasil, longe de serem meios de contra-hegemonia, são na verdade aparatos organizacionais e discursivos de hegemonia e de manutenção do *status quo* social, político e cultural favorável ao *establishment*? O questionamento, contudo, não deve induzir a uma resposta precipitada, única ou definitiva, mas sim a iniciar um debate plural, aberto e sem pré-julgamentos.

Enfim, não podemos deixar de chamar a atenção sobre a categorização, a nosso ver, equivocada dos grupos subalternos, discriminados e oprimidos como “minorias”. Enquanto na verdade, tanto a Estatística como a Histórica nos indicam que as minorias no Brasil são e sempre foram privilegiadas e intimamente ligadas às camadas detentoras do Poder e às instâncias hegemônicas de preservação da ordem regaliana. Enquanto as majorias (sociais, étnicas ou culturais) sempre foram e ainda são sistematicamente marginalizadas, injustiçadas e objeto de todo tipo de opressão e preconceito.

Não ignoramos, evidentemente, os entornos e desdobramentos filosóficos do conceito de minoria e seu sentido projetivo ligado à privação do poder e da fala. Como não duvidamos, também, de sua operacionalidade em contextos sociais, culturais e políticos específicos. Mas, mesmo assim, não resistimos à tentação materialista de perguntar por que se insiste na metáfora pós-estruturalista francesa enquanto a concretude histórica nos interpela? A menos que seja uma estratégia retórica que vai no sentido de escamotear a relação, justamente orgânica, entre Poder e minorias? Mais um questionamento que pode incomodar, mas, por honestidade intelectual, não se resigna em se calar.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. RJ: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. SP: Paz e Terra, 2000.

Cogo, Denise Maria. **Multiculturalismo, comunicação e interculturalidade, cenários e itinerários conceituais**. In *Comunicação e multiculturalismo*; Círculo Maria Krohling Peruzzo e José Benedito Pinho (org.). SP: Intercom Universidade do Amazonas, 2001.

DUVIGNAUD, Jean. **Solidaridad - Vinculos de Sangre y Afinidad**. México: Fondo de Cultura, 1994.

EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria**. SP: Civilização Brasileira, 2006.

ELHAJJI, Mohammed. **Comunicação, Cultura e Conflitos: Uma Abordagem Conceitual**. In *Comunicação e Cultura das Minorias*. Paiva, Raquel; Barbalho, Alexandre. (Org.). SP: Pualus,



2005.

FEATHERSTONE, Mike. **Undoing Culture. Globalization, Postmodernism and Identity.** London: SAGE, 1995.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos - O Declínio do Individualismo.** RJ: Forense Universitaria, 2006.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.) **O fenômeno urbano.** RJ: Zahar, 1976.